



INÍCIO

SOBRE

O FUNDADOR

RECEBA POR E-MAIL

ARQUIVO

CONTATO

EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA Nº 2.112

Ementário de Gestão Pública nº 2.112



É necessário agradecer aos mais de 400 integrantes de nossa comunidade que enriqueceram a nossa pesquisa com informações e comentários. Se você, caro leitor, ainda não contribuiu e quer fazê-lo, eis um último apelo antes de iniciar a tabulação e tratamento dos dados: basta clicar em <https://goo.gl/forms/LPiL7TLpZfWgLHXu2> para nos fornecer

rápidas informações sobre sua experiência com o nosso informativo. Mais uma vez a nossa gratidão pela participação maciça e enriquecedora dos senhores!

Normativos

SANÇÕES, PROCESSO ADMINISTRATIVO e APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. [Instrução Normativa DNIT nº 1, de 11.01.2018](#). Dispõe sobre o rito de aplicação das penalidades previstas nas Leis 8.666 de 21 de junho de 1.993, 10.520 de 17 de julho de 2.002 e 12.462 de 04 de agosto de 2.011, instituindo o rito procedimental conexo ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR das infrações praticadas por fornecedores, na fase licitatória e/ou contratual, no âmbito deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

DIREITO AMBIENTAL, SANÇÕES, PROCESSO ADMINISTRATIVO e APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. [Instrução Normativa DNIT nº 2, de 18.01.2018](#). Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade por Custos Ambientais PRCA para verificação da responsabilidade de consorciados, convenientes, intervenientes e fornecedores em relação aos custos ambientais impostos ao DNIT por força da aplicação de sanções ambientais penais e administrativas, além da obrigação de reparar/indenizar os danos ambientais causados.

Julgados

JURISPRUDÊNCIA EM TESES e LICITAÇÕES. Divulgamos para os leitores a [edição de nº 97 da publicação Jurisprudência em Teses](#), expedida pelo Superior Tribunal de Justiça, que possui por eixo temático as licitações.

Notícias, Artigos, Atos e Eventos

AÇÕES COLETIVAS. [Ministério Público é o principal autor de ações coletivas na Justiça.](#)

CORREIÇÃO, PRAZOS e NULIDADE. [A não observância do prazo previsto pela Lei nº 8.112/90 para conclusão do PAD acarreta nulidade do procedimento?](#)

INOVAÇÃO. [Da utopia à realidade: caminhos \(possíveis\) da nova indústria no Brasil.](#)

AUDITORIA INTERNA e AUDITORIA EXTERNA. [Contribuição da auditoria interna para os trabalhos da auditoria externa.](#)

GERENCIALISMO e GESTÃO DE PESSOAS. [O legislativo e o gerencialismo na gestão de pessoas da administração pública.](#)

Compartilhe isso:



Curtir isso:



Seja o primeiro a curtir este post.

Relacionado

EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA nº 1.896
Assunto: REGIMENTO INTERNO. Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o



Quadro Demonstrativo dos
09/03/2017
Em "Boletim"

Ementário de Gestão Pública nº
1.919
11/04/2017
Em "Boletim"

Ementário de Gestão Pública nº
1.913
03/04/2017
Em "Boletim"

BUSCA

Google Pesquisa personalizada	🔍
-------------------------------	----------------------------------

PARCEIROS DO EGP





POSTS RECENTES

Ementário de Gestão Pública nº 2.148

Ementário de Gestão Pública nº 2.147

Ementário de Gestão Pública nº 2.146

Ementário de Gestão Pública nº 2.145

Ementário de Gestão Pública nº 2.144

